

ano 18 - n. 28 | julho/dezembro - 2020
Belo Horizonte | p. 1-280 | ISSN 1678-1864
R. do Instituto de Hermenêutica Jur. – RIHJ

**Revista do Instituto de
HERMENÊUTICA JURÍDICA**

RIHJ

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

Editorial	9
-----------------	---

DOCTRINA

Artigos

O paradigma do campo na filosofia de Hannah Arendt e Giorgio Agamben:
uma análise a partir do *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth, Humberto Acacio Trez Seadi.....	11
1 Considerações iniciais.....	12
2 José Saramago e o <i>Ensaio sobre a cegueira</i> : aportes fictícios para uma releitura de Arendt e Agamben	15
3 Totalitarismo e o projeto dos campos em Hannah Arendt: o preparo de cadáveres vivos.....	17
4 Giorgio Agamben e o paradigma do campo em seu projeto filosófico.....	24
5 Considerações finais.....	32
Referências	33

Teorias ecológicas do direito: por uma reconstrução crítica das teorias jurídicas

Wálber Araujo Carneiro	37
1 Introdução.....	37
2 Teoria geral do direito (TGD).....	40
2.1 Raízes e consolidação da teoria geral do direito positivo	40
2.2 Transformações da teoria geral do direito no horizonte da crítica ao positivismo jurídico.....	43
2.3 As impossibilidades da teoria geral do direito nas teorias críticas	45
3 Fragmentação das teorias do direito e o impacto na teoria brasileira.....	48
4 Pressupostos para a construção de teorias ecológicas	53
5 Esboços de uma teoria ecológica do direito – o problema dos direitos fundamentais	61
6 Conclusão	64
Referências	67

O problema do excesso interpretativo na concretização da norma jurídica

Lucas Fonseca e Melo	73
1 Considerações iniciais.....	73
2 Se existem várias respostas, como escolher a melhor?	76
3 A elasticidade do texto	79
4 Limites da interpretação.....	86
5 Conclusão	93
Referências	94

Crise política e teoria constitucional: uma abordagem crítico-reflexiva

Diogo Bacha e Silva.....	97
1 Introdução.....	97
2 Crise política e autoritarismo atualizado: da Primavera Árabe ao conservadorismo	98
3 A teoria constitucional e a resposta à onda conservadora	102

4	Constitucionalismo porvir como uma teoria crítica da constituição e a crise política.....	106
5	Conclusão	109
	Referências	110

Os direitos econômicos e sociais globais no marco da teoria do garantismo

	Teresinha Inês Teles Pires	113
1	Considerações iniciais.....	113
2	Direitos econômicos e sociais na sociedade global à luz do constitucionalismo garantista de Luigi Ferrajoli	115
3	É possível garantir os direitos econômicos e sociais no modelo do capitalismo neoliberal?	120
4	Os impasses do estabelecimento de uma governança supranacional para a promoção dos direitos econômicos e sociais	124
5	Considerações finais.....	129
	Referências	131

Constitucionalismo como salvaguarda do Estado de Direito: crítica ao (ciber) populismo autoritário e a necessária reengenharia constitucional

	Iilton Norberto Robl Filho, Marco Aurélio Marrafon, Flavio Pansieri	135
1	Introdução.....	136
2	Fundamentos do constitucionalismo moderno	137
3	Constitucionalismo contemporâneo: características e críticas legítimas.....	142
4	Emergência do populismo cibernético e riscos ao pensamento constitucionalista	146
5	Considerações finais: a reengenharia constitucional como medida de preservação dos valores do constitucionalismo	150
	Referências	153

Critérios para a superação adequada dos provimentos judiciais no direito brasileiro a partir da crítica hermenêutica do direito

	Jânia Maria Lopes Saldanha, Lucas Paulo Orlando de Oliveira, Muriele de Conto Boschatto	155
1	Considerações iniciais.....	156
2	As implicações do Estado Democrático de Direito brasileiro em relação à jurisprudência.....	157
3	Os critérios para uma superação adequada dos precedentes no direito brasileiro	164
4	Considerações finais.....	169
	Referências	170

A equiprimordialidade dos princípios da unidade e da independência funcional no Ministério Público

	Alexandre de Castro Coura, Bruno Gomes Borges da Fonseca	175
1	Considerações iniciais.....	175
2	Problematizações pragmáticas advindas de uma tentativa de articulação dos princípios institucionais da unidade e independência funcional aplicáveis ao Ministério Público brasileiro	177
3	O aparente paradoxo entre os princípios da unidade e da independência funcional e a questão da <i>equiprimordialidade</i>	180
4	Considerações finais.....	191
	Referências	192

Do argumento ao fundamento na delimitação da responsabilidade tributária do administrador: análise sobre a tópica no Recurso Especial nº 1.455.490/PR

Filipe Lôbo Gomes, Danyelle Rodrigues de Melo Nunes, Natalie Cristyne de Santana Barbosa Farias	195
1 Considerações iniciais.....	196
2 Tópica enquanto técnica de categorização de argumentos.....	197
3 Análise sobre a tópica no Recurso Especial nº 1.455.490/PR.....	202
4 Raciocínio lógico dialético na fundamentação das decisões judiciais.....	209
5 Considerações finais.....	216
Referências	218

Participação dos atingidos como forma de descriptação do poder no processo coletivo

Mario Lúcio Quintão Soares, Natália Chernicharo Guimarães	221
1 Introdução.....	222
2 Cidadania participativa e a teoria da encriptação do poder	223
3 Caso Mariana	228
4 Necessidade de assegurar a cidadania participativa no âmbito do processo coletivo como forma de descriptação do poder	232
5 Considerações finais.....	235
Referências	237

Hermenêutica fenomenológica e consciência decolonial na defesa do logos amazônico: um suporte sociojurídico pluralista

Acursio Ypiranga Benevides Júnior, Mateus Mendes Valério, Raimundo Pereira Pontes Filho	241
1 Introdução.....	242
2 Husserl, Heidegger, Gadamer e a fenomenologia hermenêutica para a análise crítica do direito com a inclusão do outro.....	244
2.1 Husserl, imanência e transcendência na fenomenologia.....	244
2.2 A fenomenologia heideggeriana, o fenômeno e o logos	246
2.3 Gadamer, fenomenologia hermenêutica, o outro e as mediações.....	247
3 Consciência decolonial e logospirataria.....	248
3.1 Consciência decolonial.....	249
3.2 Logos amazônico e logospirataria: o saque ao sentido.....	251
4 Epistemologias, paradigmas e pluralismos jurídicos.....	253
5 Caminhos para a utilização do método fenomenológico hermenêutico nas abordagens epistemológicas da Amazônia	256
6 Considerações finais.....	258
Referências	259

Compliance como medida preventiva e precaucional de desastres ambientais

Renato Campos Andrade, Magno Federici Gomes	263
1 Considerações iniciais.....	264
2 A precaução como norte jurídico e sua força normativa	264
3 Direito dos desastres e gestão dos riscos	267
4 <i>Compliance</i> – gestão de riscos.....	269
5 Efetividade do <i>compliance</i> como instrumento precaucional.....	272
6 Considerações finais.....	275
Referências	276

Instruções para os autores.....	279
---------------------------------	-----